



Escravo,  
Nem Pensar!  
PARÁ 2016/2017

# Expediente

## REPÓRTER BRASIL

Organização de Comunicação e Projetos Sociais

**Presidente:** Leonardo Sakamoto

**Diretoria:** Claudia Carmello Cruz (Primeira-Secretária), Iberê Francisco Thenório (Comunicação), Paula Monteiro Takada (Projetos Sociais), Maurício Eraclito Monteiro Filho (Pedagogia), Rodrigo Pelegrini Ratier (Marketing)

**Conselho fiscal:** Beatriz Costa Barbosa, Luiz Guilherme Barreiros Bueno da Silva e Spensy Kmitta Pimentel

**Coordenadores de programas:** Ana Aranha (Agência de Notícias), Marcel Gomes (Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis), Natália Suzuki (Escravo, nem pensar!)

**Departamento administrativo-financeiro:**

Fabiana Garcia (coordenadora), Juliana Furhmann (assistente financeira), Kelly Santos (assistente financeira) e Marília Ramos (assistente administrativa)

**Equipe do programa Escravo, nem pensar!:**

Natália Suzuki (coordenadora), Thiago Casteli (assessor de projeto) e Rodrigo Teruel (assistente de projeto).

**Escravo, nem pensar! no Pará – 2016/2017**

**Texto:** Natália Suzuki, Thiago Casteli e Rodrigo Teruel

**Edição:** Natália Suzuki

**Projeto gráfico e diagramação:** Paulica Santos

**Fotos:** Escolas participantes do projeto

**Realização:** Repórter Brasil e Secretaria de Estado de Educação do Pará

**Parceria:** Secretaria Extraordinária de Integração de Políticas Sociais, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo no Pará e Comissão Pastoral da Terra

**Apoio:** Ministério Público do Trabalho

**Tiragem:** 3 mil unidades | **Impressão:** Nywgraf

Distribuição gratuita - 2018

*Todo conteúdo da Repórter Brasil pode ser copiado e distribuído, desde que citada a fonte*

- Copyleft - Licença - Creative Commons 2.0

## SOBRE O ENP!

Coordenado pela Repórter Brasil\*, o Escravo, nem pensar! (ENP!) é o primeiro programa educacional de combate ao trabalho escravo a atuar em âmbito nacional. Desde 2004, previne comunidades socioeconomicamente vulneráveis de violações de direitos humanos, como o trabalho escravo e o tráfico de pessoas. Seus projetos já alcançaram mais de 250 municípios em dez estados brasileiros e beneficiaram mais de 700 mil pessoas. O programa foi incluído nominalmente na segunda edição do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e consta como meta ou ação de planos estaduais, como os da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Tocantins.

## \*SOBRE A REPÓRTER BRASIL

A Repórter Brasil, fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores, é reconhecida como uma das principais fontes de informação sobre trabalho escravo no país. O seu objetivo é estimular a reflexão e a ação sobre as violações aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores do campo no Brasil. Suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias têm sido usadas como instrumentos por lideranças do poder público, da sociedade civil e do setor empresarial em iniciativas de combate à escravidão contemporânea, que afeta milhares de brasileiros.

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Repórter Brasil

Escravo, nem pensar! no Pará – 2016/2017 / Natália Suzuki (org.); Equipe 'Escravo, nem pensar'. – São Paulo, 2018.

64 p.: 25 x 17,5 il.

ISBN 978-85-61252-33-5

1. Educação. 2. Direitos Humanos. 3. Trabalho escravo  
I. Título.

CDD 371.12

Índice para o catálogo sistemático:

1. Educação : Direitos Humanos : Trabalho escravo 371.12

# Escravo, nem pensar!

## NO PARÁ 2016 | 2017

2018





## APRESENTAÇÃO

Desde 2004, quando iniciamos as atividades do Escravo, nem pensar!, o Pará tem sido o principal local de atuação do programa. Um dos motivos disso é, sem dúvida, o fato de o estado ser campeão nacional em casos de trabalho escravo e em números de resgatados.

Apesar das ações de prevenção do ENP! terem sido sempre contínuas ao longo de todo esse tempo, nossas atenções estiveram concentradas nas regiões sul e sudeste paraenses, principal foco do problema no país. Por lá, a fronteira agropecuária, acompanhada de um desmatamento voraz, devora a floresta amazônica sem trégua, com apetite glutão. E, esse processo é acompanhado de muitos problemas sociais, como o trabalho escravo.

Entretanto, aprendemos que a realidade do estado é muito mais diversificada e complexa e, portanto, merecedora de um projeto que alcançasse diferentes regiões, especialmente onde a atuação do ENP! ainda era inédita. Por isso, a proposta de abarcar mais de 47 municípios numa grande rede de combate ao trabalho escravo por meio das escolas era inicialmente ousada, mas compatível e pertinente com a magnitude do local.

No Pará, quem é de fora tem a impressão de que tudo tem proporções colossais a começar pela extensão do seu território, mas também pelas florestas, rios, diversidade da fauna, riquezas minerais, quantidade de etnias e de pessoas que ocuparam as suas terras. Infelizmente, os problemas que surgiram no estado também seguem essas proporções: os latifúndios, o impacto de grandes obras como hidrelétricas e estradas, a Serra dos Carajás, a espoliação e a exploração.

Ao longo de todos esses anos, aprofundamos nossos saberes sobre o estado. Passamos a compreender melhor os seus problemas, mas também os seus encantos. Não há como não se apaixonar pelos elementos que nos causam os estímulos sensoriais mais surpreendentes: o cheiro do cupuaçu, o gosto terroso do açaí, o calor úmido, a imponência imperial da sua biodiversidade e, principalmente, a amizade com tanta gente especial!

E por ter aprendido a amar tanto esse lugar e sua gente, o ENP! quer que ele seja sempre melhor. E é para isso que trabalhamos todos os dias. Espero que tenhamos conseguido alcançar um bocadinho desse desejo com o projeto que apresentamos nessa publicação.

Boa leitura!

**Natália Suzuki**

Coordenadora do programa  
Escravo, nem pensar!  
ONG Repórter Brasil

# Sumário

<b>1. O que é trabalho escravo?</b>	<b>8</b>
<b>2. Trabalho escravo no Pará</b>	<b>10</b>
2.1. Casos de trabalho escravo no estado	10
2.2. Aliciamento e migração	10
<b>3. Programa Escravo, nem pensar! no Pará 2016/2017</b>	<b>14</b>
3.1. Ficha técnica	15
3.2. Organograma do projeto	17
<b>4. Conquistas</b>	<b>18</b>
<b>5. Experiências educacionais</b>	<b>20</b>
<b>5.1. Unidades Regionais de Educação</b>	<b>21</b>
URE Abaetetuba	22
URE Castanhal	26
URE Conceição do Araguaia	30
URE Mãe do Rio	34
URE Marabá	38
URE Santa Izabel do Pará	42
URE Tucuruí	46

<b>5.2. Unidades Seduc na Escola (USEs)</b>	<b>50</b>
- Boas práticas das escolas	51
USE 1	51
USE 3	52
USE 5	52
USE 6	53
USE 7	53
USE 8	54
USE 11	54
USE 13	55
USE 14	55
USE 15	56
USE 16	56
USE 17	57
USE 18	57
- Coordenação de atividades conjuntas	58
USE 2	58
USE 10	59
- Atividades formativas das USES	60
USE 04	60
USE 12	61

<b>Rede ENP! de prevenção ao trabalho escravo no Brasil</b>	<b>62</b>
---	-----------

<b>Acompanhe o ENP!</b>	<b>63</b>
-------------------------	-----------



## GLOSSÁRIO

- EEEF - Escola Estadual de Ensino Fundamental
- EEEM - Escola Estadual de Ensino Médio
- EEEFM - Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio
- ENP! - Escravo, nem pensar!
- Coetrae-PA - Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Pará
- CPT - Comissão Pastoral da Terra
- MPT - Ministério Público do Trabalho
- Seduc-PA - Secretaria de Estado de Educação do Pará
- Sejudh-PA - Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Pará
- URE - Unidade Regional de Educação
- USE - Unidade Seduc na Escola



# 1

## O QUE É TRABALHO ESCRAVO?

No Brasil, o trabalho escravo contemporâneo é definido pelo artigo 149 do Código Penal brasileiro. Além de ser definido por graves infrações trabalhistas, ele é um crime que atenta contra a dignidade e a liberdade do indivíduo. Diferentemente do que acontecia na escravidão colonial e imperial, a vítima não é presa a correntes, mas é retida e oprimida no local do trabalho por meio de outras artimanhas.

### CÓDIGO PENAL

*Artigo 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:*

*Pena- reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.*

*§ 1º. Nas mesmas penas incorre quem:*

*I - cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;*

*II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.*

*§ 2º. A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:*

*I - contra a criança ou adolescente;*

*II - por motivo de preconceito de raça, cor etnia, religião ou origem.*

Numa relação de trabalho, a constatação de qualquer um dos quatro elementos, descritos a seguir, é suficiente para configurar o trabalho escravo:

### • TRABALHO FORÇADO

O indivíduo é obrigado a se submeter a condições de trabalho em que é explorado, sem possibilidade de deixar o local seja por causa de dívidas, seja por ameaça e violências física ou psicológica. Em alguns casos, o trabalhador se encontra em local de difícil acesso, isolado geograficamente.

### • JORNADA EXAUSTIVA

Expediente desgastante que vai além de horas extras e coloca em risco a integridade física do trabalhador, já que o intervalo entre as jornadas é insuficiente para a reposição de energia. Há casos em que o descanso semanal não é respeitado. Assim, o trabalhador também fica impedido de manter vida social e familiar.

### • SERVIDÃO POR DÍVIDA

Fabricação de dívidas ilegais referentes a gastos com transporte, alimentação, aluguel e ferramentas de trabalho. Esses itens são cobrados de forma abusiva e descontados do salário do trabalhador, que permanece cerceado por uma dívida fraudulenta. Em muitos casos, todo o seu salário é simplesmente retido, assim como os seus documentos pessoais.

### • CONDIÇÕES DEGRADANTES

Um conjunto de elementos irregulares que caracterizam a precariedade do trabalho e das condições de vida sob a qual o trabalhador é submetido, atentando contra a sua dignidade. Alojamento precário, péssima alimentação, maus tratos, falta de assistência médica, ausência de saneamento básico e água potável são alguns desses elementos.



## TRABALHO ESCRAVO NO PARÁ

### 2.1. Casos de trabalho escravo no estado

Desde 1995, quando o governo brasileiro assumiu a existência do trabalho escravo no Brasil, o Pará é o estado campeão em casos no país. Daquele ano até 2016, foram libertadas em seu território 13.138 pessoas. Mais da metade de seus municípios (52%) já tiveram registros do crime, que está concentrado majoritariamente em atividades rurais como a pecuária, a produção de carvão e o desmatamento.

A ocorrência do trabalho escravo no Pará está associada, principalmente à expansão da fronteira agropecuária sobre a floresta amazônica nas regiões sul e sudeste do estado. Durante a década de 1970, o regime militar incentivou a instalação de empreendimentos econômicos na Amazônia e a sua colonização por pessoas de outras partes do país. Muitos trabalhadores, subordinados aos fazendeiros, passaram a viver e trabalhar em condições degradantes.

Além de resultar na exploração de milhares de homens e mulheres, o processo de expansão da fronteira, que persiste de maneira expressiva ainda hoje, é uma das causas de conflitos agrários violentos e da destruição da mata nativa, que dá lugar às pastagens e ao plantio de monoculturas.

Nos últimos anos, as grandes obras de infraestrutura, como a construção da hidrelétrica de Belo Monte, também têm gerado impactos socioambientais, como o trabalho escravo.

#### Ranking nacional por número de trabalhadores libertados no país (1995 a 2016)

- 1º : PARÁ - 13.138
- 2º : Mato Grosso - 6.070
- 3º : Goiás - 3.999
- 4º : Minas Gerais - 3.580
- 5º : Maranhão - 3.309
- ⋮ Outros - 22.130

**TOTAL - 52.226**



Fonte: Dados de janeiro de 2018 do Ministério do Trabalho e da Comissão Pastoral da Terra.

#### Ocorrência de trabalho escravo por atividade econômica no Brasil (1995 a 2016)

POSIÇÃO	ATIVIDADE	Nº DE TRABALHADORES LIBERTADOS	%
1	Pecuária	16.831	32,3
2	Cana-de-açúcar	11.635	22,3
3	Lavouras	9.770	18,7
4	Carvão	3.787	7,2
5	Desmatamento	2.771	5,3
6	Construção civil	2.472	4,7
7	Outras	4.960	9,5
<b>Total</b>		<b>52.226</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados de janeiro de 2018 do Ministério do Trabalho e da Comissão Pastoral da Terra.

#### Ranking estadual dos municípios paraenses por ocorrência de trabalho escravo (1995 a 2016)

POSIÇÃO	MUNICÍPIO	CASOS REGISTRADOS		TRABALHADORES LIBERTADOS	
		Número	%	Número	%
1	São Félix do Xingu	178	13,1	1613	12,3
2	Marabá	99	7,3	693	5,3
3	Rondon do Pará	67	4,9	530	4,0
4	Dom Eliseu	58	4,3	680	5,2
5	Pacajá	54	4,0	733	5,6
6	Itupiranga	53	3,9	419	3,2
7	Novo Repartimento	53	3,9	226	1,7
8	Goianésia	47	3,4	561	4,3
9	Água Azul do Norte	40	2,9	182	1,4
10	São Geraldo do Araguaia	40	2,9	219	1,7
11 ao 75	Demais municípios	674	49,4	7.282	55,4
<b>Total</b>		<b>1.363</b>	<b>100</b>	<b>13.138</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados de janeiro de 2018 do Ministério do Trabalho e da Comissão Pastoral da Terra.



### Ocorrência de trabalho escravo por atividade econômica no Pará (1995 a 2016)

POSICÃO	ATIVIDADE	Nº DE TRABALHADORES LIBERTADOS	%
1	Pecuária	8.493	64,7
2	Carvoarias	1.421	10,9
3	Desmatamento	1.215	9,2
4	Cana-de-açúcar	1.064	8,1
5	Lavouras	559	4,2
	Outras	386	2,9
	<b>Total</b>	<b>13.138</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados de janeiro de 2018 do Ministério do Trabalho e da Comissão Pastoral da Terra.

## 2.2 Aliciamento e migração

No cenário de ocorrência de trabalho escravo no Brasil, o Pará é um estado que merece atenção não somente pelos casos registrados em seu território, mas também por ser uma das principais origens de trabalhadores escravizados no próprio estado e em outros lugares do país. Os paraenses só são menos explorados que maranhenses e baianos.

### Ranking nacional de naturalidade de trabalhadores libertados no país (2003 a 2016)

POSICÃO	ESTADO DE ORIGEM	Nº DE TRABALHADORES LIBERTADOS	%
1	Maranhão	7.936	23,1
2	Bahia	3.266	9,6
<b>3</b>	<b>Pará</b>	<b>2.965</b>	<b>8,6</b>
4	Minas Gerais	2.855	8,4
5	Piauí	1.905	5,6
	Outros	15.360	44,7
	<b>Total</b>	<b>34.286</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados de maio de 2016 do Ministério do Trabalho.

Muitos trabalhadores paraenses partem de suas cidades em busca de emprego, motivados por ofertas enganosas. Devido à situação de vulnerabilidade socioeconômica, são levados a aceitar trabalhos precários, de baixa qualificação e curta duração.

Quatro municípios paraenses estão entre os dez primeiros no ranking nacional daqueles de onde partem os trabalhadores aliciados, são o que chamamos de municípios de referência<sup>1</sup>. Isso faz com que o Pará seja um dos principais pontos de partida da exploração.

### Ranking nacional de referência de trabalhadores libertados no país por estado (2003 a 2016)<sup>1</sup>

POSICÃO	ESTADO	Nº DE TRABALHADORES LIBERTADOS	%
1	Maranhão	6.387	18,6
<b>2</b>	<b>Pará</b>	<b>5.194</b>	<b>15,1</b>
3	Bahia	2.932	8,5
4	Minas Gerais	2.649	7,7
5	Tocantins	2.216	6,4
	Outros	14.908	43,4
	<b>Total</b>	<b>34.286</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados de maio de 2016 do Ministério do Trabalho.

### Ranking nacional de referência de trabalhadores libertados no país por município (2003 a 2016)

POSICÃO	MUNICÍPIO	UF	Nº DE TRABALHADORES LIBERTADOS
<b>1</b>	<b>Redenção</b>	<b>PA</b>	<b>488</b>
2	Amambai	MS	405
3	Campos dos Goytacazes	RJ	392
4	Codó	MA	356
<b>5</b>	<b>Itupiranga</b>	<b>PA</b>	<b>347</b>
6	São Paulo	SP	332
7	Açailândia	MA	324
8	Paragominas	PA	318
9	Caarapó	MS	301
<b>10</b>	<b>Goianésia do Pará</b>	<b>PA</b>	<b>299</b>
	Outros		31.370
	<b>Total</b>		<b>34.932</b>

Fonte: Dados de março de 2018 do Ministério do Trabalho.



<sup>1</sup> Entende-se por local de referência o estado/município de residência do trabalhador antes da migração para a frente de trabalho da qual foi libertado. Diferentemente, o município de naturalidade se refere àquele em que a pessoa nasceu.



## PROGRAMA ESCRAVO, NEM PENSAR! NO PARÁ 2016/2017

O Estado brasileiro tem enfrentado o trabalho escravo com ênfase na sua repressão por meio de ações de fiscalização de empregadores e de resgate de vítimas. Essas medidas, ainda que fundamentais, devem ser articuladas com ações de prevenção e assistência aos resgatados.

Assim, a erradicação dessa violação passa também pela adoção de políticas públicas para reverter a situação de pobreza e de vulnerabilidade que corrobora para a permanência de trabalhadores em situação de exploração. Dentre essas políticas, estão as ações formativas no âmbito da educação.

Nesse contexto, a ONG Repórter Brasil e a Secretaria de Estado da Educação do Pará realizaram o projeto “Escravo, nem pensar! no Pará 2016/2017”. A iniciativa teve como objetivo promover a divulgação de informações sobre o tema do trabalho escravo e assuntos correlatos no meio escolar e nas comunidades que as circundam, por meio da realização de atividades interdisciplinares e projetos pedagógicos.

Nas páginas seguintes, apresentamos a estrutura do projeto e os principais resultados alcançados. Em seguida, entre as páginas 20 e 61, destacamos as melhores estratégias adotadas por educadores e alunos para disseminar o projeto na escola e comunidade.

O projeto contou com o apoio do Ministério Público do Trabalho da 8ª região, sediado em Belém e Marabá.

### 3.1 Ficha técnica

#### OBJETIVO GERAL

Diminuir o número de trabalhadores aliciados para o trabalho escravo e submetidos a condições análogas a de escravidão nas zonas rural e urbana do território do Pará, por meio da educação.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Sensibilizar e capacitar gestores e técnicos pedagógicos da rede estadual de Educação do Pará a formar professores em regiões vulneráveis sobre os temas do trabalho escravo e assuntos correlatos.
- Mobilizar escolas da rede estadual do Pará a desenvolverem atividades educativas de prevenção ao trabalho escravo contemporâneo e assuntos correlatos com alunos e a comunidade extraescolar.

#### PÚBLICO

- Gestores e técnicos pedagógicos de oito Unidades Regionais de Educação (UREs): Abaetetuba, Castanhal, Conceição do Araguaia, Marabá, Mãe do Rio, Santa Izabel do Pará e Tucuruí.
- Gestores e técnicos pedagógicos das Unidades Seduc na Escola (USEs).

#### PERÍODO

Junho de 2016 a dezembro de 2017

#### METODOLOGIA

A metodologia deste projeto é dedicada à formação dos profissionais de educação (gestores e técnicos de formação das UREs e USEs), para que se tornem agentes multiplicadores sobre o tema do trabalho escravo na rede pública de ensino. O intuito é fazer com que esse conteúdo seja disseminado no sistema de educação estadual, alcançando outros educadores para, então, envolver os alunos. Os alunos, por sua vez, são transformados em ponto focais em suas comunidades sobre o tema da prevenção ao trabalho escravo. O organograma na página 17 ilustra esse processo.



## USEs

### Belém

- Ananindeua

### UREs

#### Abaetetuba

- Abaetetuba
- Barcarena
- Igarapé-Mirim
- Moju
- Tailândia do Pará

#### Castanhal

- Castanhal
- Curuçá
- Inhangapi
- Santa Maria do Pará
- São Miguel do Guamá

#### Conceição do Araguaia

- Conceição do Araguaia
- Cumarú do Norte
- Floresta do Araguaia
- Pau D'Arco
- Redenção
- Santa Maria das Barreiras
- Sapucaia
- Xinguara

#### Mãe do Rio

- Aurora do Pará
- Dom Eliseu
- Ipixuna
- Irituia
- Mãe do Rio
- Paragominas
- Ulianópolis

#### Marabá

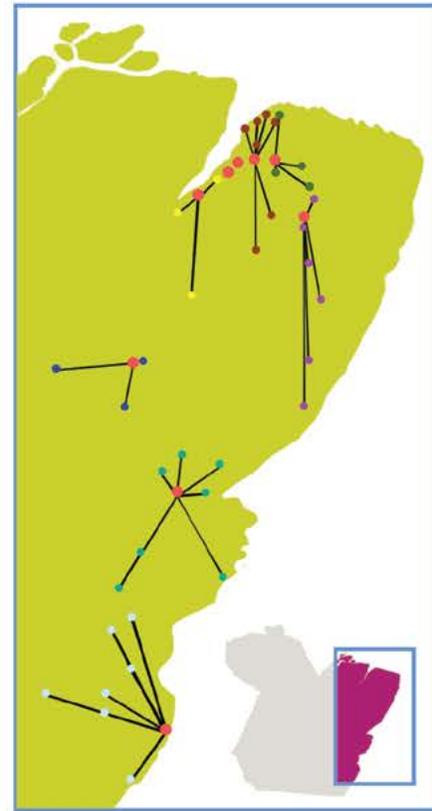
- Bom Jesus do Tocantins
- Canaã dos Carajás
- Curionópolis
- Itupiranga
- Marabá
- Nova Ipixuna
- São Geraldo do Araguaia
- São João do Araguaia

#### Santa Izabel do Pará

- Colares
- Concórdia
- Santa Izabel do Pará
- Santo Antônio do Tauá
- São Caetano Odivelas
- São João da Ponta
- Tomé-Acú
- Vigia

#### Tucuruí

- Breu Branco
- Novo Repartimento
- Pacajá
- Tucuruí



*“O mais importante foi dar visibilidade e chamar atenção para o trabalho escravo a fim de despertar maior conscientização da classe estudantil sobre um tema de suma importância que muitas vezes é desconhecido. (...) Quando se conhece o problema, e chamamos a atenção da sociedade para essa questão, a sociedade também passa a ser uma aliada nessa luta”*

**Silvia da Silva Silva e Roberto Ruy Rutowicz Netto, procuradores do trabalho do MPT do Pará**



## 3.2 Organograma do projeto



*“As escolas das redes municipais e estadual, como instituições sociais, representam em sua prática pedagógica a possibilidade de formação de sujeitos críticos que possam intervir na sociedade, objetivando a mudança na concepção de cidadania. Desta forma, o espaço da sala de aula no qual o professor estimula o estudo e o debate sobre questões que ainda ferem os princípios constitucionais contribui significativamente para mudanças no campo social. A parceria com a ONG Repórter Brasil foi de fundamental importância, pois possibilitou o olhar mais cuidadoso a respeito do trabalho escravo nas regiões no estado. Os resultados positivos somam o fortalecimento da Educação em direitos humanos fazendo parte da transversalidade dos currículos escolares”.*

**Ana Cláudia Hage, secretária de Educação do estado do Pará**





**O PROJETO ALCANÇOU METAS DOS PLANOS NACIONAL E ESTADUAL DO PARÁ PARA ERRADICAÇÃO AO TRABALHO ESCRAVO. CONFIRA QUAIS SÃO ELAS:**

**2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (2008) - Meta 41:**

Promover o desenvolvimento do programa “Escravo, nem pensar!” de capacitação de professores e lideranças populares para o combate ao trabalho escravo, nos estados em que ele é ação do Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo

**Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo (2008)**

**Plano de Ações. Eixo 1: Prevenção**

- 5.** Promover campanhas de combate ao trabalho escravo contemporâneo e concepção de Tráficos de Pessoas, e atividades como: Seminários, Festivais, concursos em escolas e outros.
- 8.** Implantar e implementar Projeto “Escravo nem Pensar” visando à capacitação de professores e lideranças comunitárias, dentre outros.
- 15.** Implantar programa de formação continuada de agentes públicos em direitos humanos com ênfase no enfrentamento do trabalho escravo e o tráfico de pessoas.

*“Destaca-se que o sucesso do projeto só foi possível pelo entendimento de responsabilidade compartilhada. A união de parceiros traçou metas de execução e cumpriu essas metas, o projeto é a materialização de uma ação transversal e harmônica, o que sempre será a fórmula para se chegar ao objetivo maior que, nesse caso, é proteger vidas e garantir o trabalho digno e decente”.*

**Michell Durans, secretário de Justiça e Direitos Humanos do estado do Pará**

*O programa ENP! foi e continua sendo muito importante no combate e na prevenção ao trabalho escravo na região. O processo formativo traz novas metodologias de como estimular a consciência crítica e reconhecer que o trabalho escravo existe e precisa ser combatido. Hoje temos mais pessoas conscientes e mobilizadas para continuar o trabalho de prevenção nas escolas, nas associações de bairros, nos acampamentos de trabalhadores e trabalhadoras sem terras. O tema do trabalho escravo continua na pauta dos debates nas universidades, nas escolas e nas instituições não governamentais como a CPT. (...) Essa nova experiência fortaleceu muito o trabalho da CPT na região e contribuiu com a sensibilização de mais parceiros na luta contra o trabalho escravo”.*

**Geuza Morgado, agente da CPT de Marabá**



## EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS

Esta edição do Escravo, nem pensar! no Pará resultou em centenas de atividades nas escolas sobre o trabalho escravo. Mas, para que isso fosse possível, o desenvolvimento do projeto seguiu um percurso metodológico conduzido pelas UREs e as USEs: elas foram as responsáveis por capilarizar o tema em suas regiões formando os professores das escolas.

A partir daí, o tema foi articulado aos conteúdos curriculares para atualizar e fortalecer os conhecimentos obrigatórios das disciplinas. Os educadores, então, propuseram metodologias participativas de aprendizagem, que estimularam a interação, a criatividade e, sobretudo, o protagonismo de alunos para a construção de trabalhos coletivos e individuais que se concretizaram por meio de diferentes linguagens: produção de gêneros textuais, composição musical, elaboração de murais e cartazes, realização de pesquisas, entre outras.

Essas atividades extrapolaram aquelas em sala de aula dando origem a projetos interdisciplinares. Nessa fase, as escolas estabeleceram parcerias com outras instituições, tanto do poder público, como da sociedade civil, que atuam no combate ao trabalho escravo e na garantia dos direitos humanos no Pará.

Muitas escolas não restringiram o debate ao seu espaço, por isso abriram seus portões à população local ou foram às ruas com o intuito de ampliar o alcance das informações sobre o perigo do trabalho escravo. As intervenções aconteceram sob forma de passeatas, panfletagens, entrevistas e desfiles que reverberaram pelas mídias locais.

Nas próximas páginas, você conhecerá as principais experiências das UREs e USEs na condução desse projeto e algumas das melhores práticas realizadas por escolas. O universo de ações é muito maior e variado, mas a seleção busca destacar a concepção e a execução de algumas dessas experiências.



*“O desenvolvimento do projeto “Escravo, nem pensar!”, por meio da estratégia pedagógica da multiplicação em grande escala, possibilitou ampliar significativamente o alcance da prevenção ao trabalho escravo em oito regiões no estado do Pará. As atividades educativas desenvolvidas nas escolas deram grande visibilidade a esta problemática (...). As escolas tiveram acesso ao material pedagógico muito bem elaborado pela Repórter Brasil, o qual possibilitou trabalhar o tema de maneira dinâmica, criativa e com muita sensibilidade. O projeto, desta forma, contribuiu para o processo de desconstrução das relações de exploração do trabalho. Diversas escolas da região encaminharam a recomendação de incorporar o tema no Projeto Político Pedagógico para dar continuidade às ações educativas sobre o tema”.*

**Ana Souza Pinto, agente da CPT de Xinguara**



### 5.1 Unidades Regionais de Educação

As escolas estaduais do Pará são administradas por unidades descentralizadas da Seduc, as Unidades Regionais de Educação (URE), as quais são responsáveis, dentre outras funções, pelo acompanhamento pedagógico. Dentre as 19<sup>2</sup> UREs paraenses, sete integraram o projeto por serem consideradas estratégicas para o combate ao trabalho escravo: Abaetetuba, Castanhal, Conceição do Araguaia, Mãe do Rio, Marabá, Santa Izabel do Pará e Tucuruí. A seguir, destacamos as melhores experiências pedagógicas desenvolvidas por elas e por suas escolas no âmbito do projeto ENP!

#### • Números alcançados pelas UREs

	ALCANÇADOS PELA ENP!
Unidades Regionais de Educação	7
Municípios	45
Escolas	103
Educadores/as	1.632
Alunos/as	57.089
Funcionários/as	1.387
Comunidade extraescolar	85.225
<b>Total de pessoas prevenidas</b>	<b>145.333</b>

<sup>2</sup> Dentro do período de execução do projeto (2016-2017), existiam, ao todo, 19 UREs no estado. Em 2018, esse número passou para 21, devido à criação das as UREs de Xinguara e Parauapebas.



## URE Abaetetuba

	ALCANÇADOS PELO ENP!
Municípios	5: Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-Mirim, Moju e Tailândia
Escolas	8
Educadores/as	127
Alunos/as	2.014
Funcionários/as	60
Comunidade extraescolar	2.520
<b>Total de pessoas prevenidas</b>	<b>4.721</b>

**EQUIPE DE REFERÊNCIA ENP! NA URE:** Dulcecléia Barbosa (gestora), Dalcy Léa Pinheiro e Maria Dark Pereira (especialistas em Educação).

### Formações descentralizadas

A equipe da URE convocou os representantes das escolas para a formação presencial acerca dos conteúdos do projeto, que aconteceria em Abaetetuba. Apesar do esforço de articulação, poucas escolas enviaram seus educadores para o encontro, justificando a ausência por conflitos de agenda, equipe reduzida e dificuldades de deslocamento de um município ao outro.

Cientes da relevância do projeto para a região, a equipe da URE viu uma possibilidade de reverter essa situação: ir até os municípios que estavam sob a sua administração para fazer as formações. Assim, organizou outras seis formações (uma em cada cidade) para que os educadores não precisassem viajar.

A inversão do deslocamento foi decisiva para o engajamento dos professores, pois além de superar as dificuldades logísticas, a iniciativa da URE sensibilizou o corpo docente das escolas. Os educadores avaliaram que o projeto era, sim, pertinente à realidade social dos municípios e convergente com os currículos das escolas, sobretudo com aqueles das disciplinas de Ciências Humanas. A partir daí, o projeto ganhou concretude por meio das atividades desenvolvidas por alunos e professores.



Reunião de planejamento para abordagem do tema em sala  
EEEFM Prof<sup>o</sup> Leônidas Monte – Abaetetuba (PA)



Seminário sobre a ocorrência do trabalho escravo no Brasil  
EEEM Prof<sup>a</sup> Ecila Pantoja Da Rocha – Moju (PA)



Conteúdo do projeto ENP! em feira cultural aberta à comunidade  
EEEM Manoel Antônio de Castro – Igarapé-Mirim (PA)



## TRABALHO ESCRAVO COMO CONTEÚDO INTERDISCIPLINAR EEEM Enedina Sampaio Melo – Igarapé-Mirim (PA)



Para facilitar a compreensão sobre o trabalho escravo, a escola realizou uma abordagem multidisciplinar que envolveu o trabalho de 20 professores e as turmas para as quais lecionavam. Assim, a coordenação pedagógica criou grupos temáticos para o desenvolvimento de atividades dedicadas ao trabalho infantil, tráfico de pessoas, migração e legislação trabalhista. Essa metodologia tornou o processo de aprendizagem mais dinâmico e interativo, pois os assuntos foram tratados de forma transversal em diversas disciplinas, estimulando uma leitura abrangente sobre esses temas no país e, especificamente, no Pará. As produções das escolas foram apresentadas à comunidade durante o desfile de 7 de setembro.

## URE Castanhal

	ALCANÇADOS PELO ENP!
Municípios	5: Castanhal, Curuçá, Inhangapi, Santa Maria do Pará e São Miguel do Guamá
Escolas	16
Educadores/as	135
Alunos/as	10.447
Funcionários/as	176
Comunidade extraescolar	3.888
<b>Total de pessoas prevenidas</b>	<b>14.646</b>

**EQUIPE DE REFERÊNCIA ENP! NA URE:** Norma de Moura e José Carlos Pinheiro (gestores), Alzenir Alencar e Élide Neves (especialistas em Educação).

### Coordenação e planejamento

A URE de Castanhal enfrentou desafios para a concretização do projeto nas suas escolas, pois tiveram que lidar com a recomposição de sua equipe devido a mudanças da gestão e do setor pedagógico e, inicialmente, houve baixa adesão ao projeto por parte das escolas que estavam sobrecarregadas com outras atividades previamente planejadas.

No entanto, a URE apostou no diálogo com a gestão e o corpo docente das escolas, organizando atividades presenciais. A equipe se reuniu com diretores, duplicou os momentos formativos com os coordenadores pedagógicos e envolveu os professores no planejamento das atividades. Assim, garantiu a participação e a colaboração de educadores com diversas funções de cada escola.

Como forma de estimular e agregar as escolas numa ação conjunta, a equipe da URE propôs que a edição de 2017 do Sarau Cívico e Cultural tivesse como tema o projeto Escravo, nem pensar!. O evento é organizado anualmente em comemoração à Semana da Pátria Na ocasião, todas as produções realizadas no âmbito do projeto ENP! seriam apresentadas à cidade de Castanhal.



*Teatro para centenas de pessoas no Sarau Cívico e Cultural  
Várias escolas- Castanhal (PA)*



*Trabalho escravo como tema de pintura em telas  
EEEFM 28 de Janeiro – Castanhal (PA)*



Apresentação musical para a comunidade  
 EEEM Agostinho Moraes de Oliveira – Inhangapi (PA)

O MUNDO DO TRABALHO EM FOCO  
 EEEM Dr. Inácio Koury Gabriel Neto – Castanhal (PA)



A escola desenvolveu o projeto “Eu, trabalhador” com alunos do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos. Os professores organizaram um concurso de fotografias realizadas pelos alunos para promover a reflexão sobre o mundo do trabalho, unindo a leitura crítica da realidade e o exercício artístico dos alunos. As imagens foram produzidas a partir de situações cotidianas de trabalhadores comuns nas ruas de Castanhal.

A fim de compreender melhor a questão do trabalho, os alunos participaram de um debate sobre direitos trabalhistas com graduandos do Curso de Direito da Universidade Estácio. Ao final do projeto, as fotos foram avaliadas por uma comissão de professores da escola e, em seguida, expostas no Sarau Cívico Cultural, organizado pela URE.



## URE Conceição do Araguaia

ALCANÇADOS PELO ENP!	
Municípios	8: Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Pau D'Arco, Redenção, Santa Maria das Barreiras, Sapucaia e Xinguara.
Escolas	13
Educadores/as	170
Alunos/as	8791
Funcionários/as	192
Comunidade extraescolar	18057
<b>Total de pessoas prevenidas</b>	<b>27.210</b>

**EQUIPE DE REFERÊNCIA ENP! NA URE:** Evanilza Maciel (gestora), Maria do Rosário Gomes e Simone Corrêa de Sousa (especialistas em Educação).

### Parceria com a sociedade civil

Desde o início do projeto, a URE firmou uma profícua parceria com a equipe da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sediada em Xinguara. Essa organização da sociedade civil, ligada à Igreja Católica, há décadas, é responsável pela prevenção ao trabalho escravo e assistência aos trabalhadores resgatados em diversos lugares do país. Com o ENP!, a CPT já participou de vários projetos formativos nos últimos anos.

A equipe da URE contou com a experiência da entidade para capacitar educadores a partir de discussões conceituais aprofundadas, mas também por meio da apresentação de dados estatísticos, relatos de casos reais e uso de materiais didáticos acerca do tema do trabalho escravo. Ainda juntamente com a equipe da URE, a CPT acompanhou os processos nas escolas e palestrou em eventos de culminância em escolas de seis municípios: Cumaru do Norte, Conceição do Araguaia, Redenção, Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Sapucaia.

A ação conjunta entre a URE e a sociedade civil foi fundamental para nortear a mobilização das escolas em uma realidade onde o trabalho escravo faz parte da história local. Ao longo da década de 1970, no processo de povoação do extremo sudeste do Pará, o trabalho escravo foi utilizado frequentemente como mão-de-obra na instalação e na manutenção de fazendas. Dois dos 10 municípios campeões do país em registros de trabalho escravo são abrangidos pela URE: São Félix do Xingu (1º) e Água Azul do Norte (10º), segundo dados da CPT.



*Direitos trabalhistas como tema de dramatização infantil  
EEEFM Prof Deocleciano Alves Moreira – Conceição do Araguaia (PA)*



*Mural produzido com diversas produções sobre trabalho escravo dos alunos  
EEEF Frei Gil de Vila Nova – Conceição do Araguaia (PA)*





*Culminância dos projetos sobre trabalho escravo após meses de atividade em sala  
EEEF 14 de Abril – Conceição do Araguaia (PA)*

### INFORMAÇÃO PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA EEEM João Pinto Ferreira – Cumaru do Norte (PA)



A meta da escola era fazer com que as informações sobre o trabalho escravo alcançassem o maior número de pessoas possível. Para isso, programou atividades para o encerramento das exposições desenvolvidas ao longo de todo o ano letivo. A primeira, realizada no pátio das escolas, foi uma apresentação interna das produções didáticas, como desenhos, dramatização e músicas, realizadas pelas diferentes turmas da escola. Na segunda ocasião, a escola abriu as portas para a comunidade, convidada a assistir as apresentações culturais. Ana de Souza Pinto, agente da CPT, realizou uma palestra alertando as pessoas sobre o perigo do aliciamento na região.

## URE Mãe do Rio

	ALCANÇADOS PELO ENP!
MUNICÍPIOS	7: Aurora do Pará, Dom Eliseu, Ipixuna, Irituia, Mãe do Rio, Paragominas e Ulianópolis
Escolas	15
Educares/as	314
Alunos/as	7020
Funcionários/as	204
Comunidade extraescolar	15.111
<b>Total de pessoas prevenidas</b>	<b>22.649</b>

**EQUIPE DE REFERÊNCIA ENP! NA URE:** Ângela Pereira (gestora), Maria Auxiliadora dos Santos e Sueila Galvão (especialistas em Educação).

### Abordagem técnica e precisa do conteúdo

Em certas ocasiões, as abordagens escolares podem incorrer na confusão conceitual entre trabalho escravo contemporâneo e escravidão. No início do projeto, a equipe da URE, antevendo a possibilidade de isso acontecer, discutiu com educadores as distinções entre os dois fenômenos. Para isso, apresentou e explicou de forma detalhada a definição de trabalho escravo estabelecida no artigo 149 do Código Penal.

Ainda assim, ao longo do desenvolvimento do projeto, as “formadoras de referência” diagnosticaram a persistência de alusões à escravidão nas atividades escolares sobre trabalho escravo contemporâneo. Como o tema era uma novidade no currículo das escolas, a assessoria pedagógica das formadoras de referência foi fundamental para a efetividade do projeto.

Nesses casos, dialogaram com as coordenadoras do projeto em reuniões presenciais ou virtuais para ressaltar a importância de se manter o rigor conceitual nas abordagens com os alunos. Afinal, a qualidade estética das produções dos alunos ficaria comprometida, caso o conteúdo estivesse equivocado.

A URE ainda realizou um encontro de acompanhamento com os educadores com o objetivo de aprofundar as discussões sobre o tema, concentrando a atenção na distinção entre os dois conceitos. Dessa forma, garantiu a correta compreensão do tema nas escolas, o que resultou em produções didáticas de alta qualidade. Assim, educadores, alunos e a comunidade extraescolar se apropriaram corretamente do conteúdo e das formas de denunciar essa violação.



Uso dos materiais didáticos do ENP! para atividades das disciplinas obrigatórias  
EEEM Profª Oscarina Antônia Souza do Rego – Mãe do Rio (PA)



Passeata sobre o tema do trabalho escravo nas ruas da cidade  
EEEF Francisco Nunes – Irituia (PA)



Coreografia para a música “Asa Branca” para abordar o fenômeno da migração  
EEEM Padre Marino Contti – Mãe do Rio (PA)



### FORTALECIMENTO DE REDE LOCAL EEEM Luiz Gualberto Pimentel – Dom Eliseu (PA)



A abordagem do trabalho escravo não era exatamente uma novidade para a escola, que já havia iniciado as discussões do tema em 2015. Naquela ocasião, o projeto chegou ao conjunto dos educadores por meio de uma professora de Língua Portuguesa que participara do projeto ENP! em andamento naquele ano, na rede estadual do Maranhão. Essa familiaridade com o tema contribuiu para que a edição do projeto de 2017 na escola tivesse ações diferenciadas e com grande impacto.

Nas abordagens, os alunos do Ensino Médio desenvolveram poesias, músicas e peças de teatro. O bom andamento do projeto permitiu uma projeção do tema para fora dos muros da escola. Assim, a escola realizou um desfile cívico pela cidade, empunhando cartazes e bandeiras, e organizou um ciclo de apresentações culturais em quatro escolas municipais de Dom Eliseu. Nessas ocasiões, os alunos apresentaram diversas peças teatrais sobre o trabalho escravo para o público do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos. Com isso, a escola protagonizou uma grande mobilização local, disseminando informações sobre o tema para a comunidade.

## URE Marabá

	ALCANÇADOS PELO ENP!
Municípios	8: Bom Jesus do Tocantins, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Itupiranga, Marabá, Nova Ipixuna, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia
Escolas	22
Educadores/as	254
Alunos/as	10.643
Funcionários/as	260
Comunidade extraescolar	11.554
<b>Total de pessoas prevenidas</b>	<b>22.711</b>

**EQUIPE DE REFERÊNCIA ENP! NA URE:** Alcinará Jidão (gestora), Brenda Macias e Jovina Cristina Leite (especialistas em Educação).

### Assessoria didática e técnica

A região de Marabá é uma das campeãs em quantidade de casos de trabalho escravo no país. Dentre os dez municípios com mais registros desse crime no Brasil, três pertencem ao território da URE: Marabá (2º), Rondon do Pará (4º) e Itupiranga (7º).

Os professores das escolas se sensibilizaram com essa realidade que desconheciam até então, mas tiveram dificuldades para implementar o projeto por causa da sobrecarga de atividades e de suas equipes reduzidas.

A equipe da URE conseguiu identificar esse desafio ainda na fase intermediária do projeto e convocou uma reunião com os gestores das escolas para enfatizar a relevância e pertinência do ENP! na realidade local. As técnicas da URE reforçaram as orientações pedagógicas e apresentaram sugestões para o desenvolvimento das atividades do projeto que se aliavam a ações já em andamento.

Ao retornar às escolas, os gestores das escolas estimularam os professores a impulsionar as atividades com os alunos, a fim de cumprir o planejamento inicial do projeto. Diversas culminâncias abertas à comunidade começaram a ser realizadas por parte das escolas. As abordagens foram qualificadas com a participação da CPT, organização da sociedade civil dedicada ao combate ao trabalho escravo, que participou de atividades, como palestras e rodas de conversa com professores, alunos e comunidade sobre o tema do trabalho escravo.

O acompanhamento atento e a intervenção célere por parte da URE foram fundamentais para garantir que as escolas mantivessem um plano de ação em funcionamento e um cronograma de atividades em execução. Assim, a equipe da URE conseguiu reforçar o compromisso coletivo com a prevenção ao trabalho escravo.



*Trabalho escravo na construção civil em peça teatral  
EEEM Plínio Pinheiro – Marabá (PA)*



*Cenas do trabalho escravo rural dramatizadas para fotos de alunos  
EEEM Lenilson Luiz Miranda - São Geraldo do Araguaia (PA)*



Muro da escola com exposição de produções escolares sobre trabalho escravo  
EEEM Maria Irany Rodrigues da Silva – Nova Ipixuna (PA)



### O ESPORTE EM FAVOR DOS DIREITOS HUMANOS EEEFM Profª Maria Sylvia dos Santos – Bom Jesus do Tocantins (PA)



O aprendizado sobre temas de direitos humanos pede estratégias pedagógicas que sejam criativas e dinâmicas para estimular o protagonismo e a coletividade dos alunos. A escola elegeu o combate ao trabalho escravo como mote da primeira edição da “Corrida do Estudante”, realizada pelas ruas do município. Os alunos exibiram placas e cartazes com palavras de ordem sobre o tema e os direitos trabalhistas. A atividade esportiva despertou a atenção da comunidade local, unindo lazer, descontração e campanha informativa.

## URE Santa Izabel do Pará

ALCANÇADOS PELO ENP!	
MUNICÍPIOS	8: Colares, Concórdia, Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano Odivelas, São João da Ponta, Tomé-Açú e Vigia.
Escolas	19
Educadores/as	436
Alunos/as	11.150
Funcionários/as	342
Comunidade extraescolar	22.116
<b>Total de pessoas prevenidas</b>	<b>34.044</b>

**EQUIPE DE REFERÊNCIA ENP! NA URE:** Emídio José Neto e Ana Cristina de Castro (gestores), Ana Lea de Miranda, José Augusto da Silva e Ruth Regina da Silva (especialistas em Educação).

### Acompanhamento pedagógico

O acompanhamento pedagógico das escolas por parte das UREs é fundamental para os bons resultados do projeto, porque ele se refere à etapa em que o conhecimento é compartilhado com os alunos e ganha concretude em atividades pedagógicas.

Para atingir os resultados esperados, então, a equipe da URE manteve-se atenta aos desdobramentos nas escolas por meio da comunicação presencial e virtual com os educadores nas diferentes unidades escolares. Assim, foi possível verificar se abordagem conceitual do trabalho escravo estava sendo realizada de forma pertinente nas atividades com os alunos para, então, reconhecer boas práticas e ideias criativas, bem como sanar dúvidas e corrigir equívocos.

A equipe técnica da URE realizou diversas visitas presenciais às escolas, nas quais, além de monitorar as atividades didáticas, também se dedicou a formar professores, diretores e coordenadores pedagógicos e a participar de eventos de conclusão dos trabalhos, como as culminâncias. Esse engajamento explica o fato de a URE ter sido aquela que formou diretamente o maior número de educadores. Foram, ao todo, 376 educadores de 27 escolas.

A URE conseguiu comparecer presencialmente em 70% de suas escolas, apesar das dificuldades de deslocamento até as unidades mais distantes e da equipe reduzida. O comprometimento em acompanhar o progresso do projeto foi bem reconhecido e avaliado pelos professores, pois eles perceberam que a URE estava interessada e atenta às atividades. As escolas receberam todos os materiais didáticos e orientações pedagógicas e, especialmente, o incentivo que as motivou ao longo de todo o processo.



*Passeata de alunos pelos direitos trabalhistas  
EEEM Inácio de Moura – Santo Antônio do Tauá (PA)*



*Tema do trabalho escravo em atividade em praça pública  
EEEFM Penha Longa – Vigia (PA)*





Centenas de pessoas no desfile de 7 de Setembro sobre trabalho escravo  
EEEM Antônio Lemos – Santa Izabel do Pará (PA)

## VALORIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM EE Antônio Lemos - Santa Izabel do Pará (PA)

**Concurso de Paródia**

**Tema: Escravidão na contemporaneidade**

O Concurso de Paródia do CEAL premiará estudantes do 1º ano.

Período de inscrição: 22 e 23 de agosto  
Entrega das produções: 30 de agosto  
Seleção da paródia vencedora pela Comissão Julgadora: 31 de agosto  
Cerimônia de premiação: 01 de setembro

**PREMIAÇÃO:**  
1º LUGAR: troféu

Consulte o regulamento e Participe!

As atividades sobre trabalho escravo agitaram a EE Antônio Lemos, de Santa Izabel do Pará, uma das escolas mais antigas do estado. As abordagens sobre o tema em sala de aula deram origem a um concurso de paródias produzidas por alunos do 1º ano do Ensino Médio. Além de valorizar as habilidades artísticas, a iniciativa teve o objetivo de avaliar a compreensão do tema pelos alunos.

Cada turma inscreveu uma produção coletiva, que foi submetida a uma comissão de professores. Foram avaliados aspectos como coerência conceitual, linguagem, originalidade, harmonia e performance. Além de receberem notas pelas produções para a disciplina de Língua Portuguesa, os alunos com as melhores produções receberam um troféu. Para concluir o projeto, a escola foi às ruas no desfile cívico do município e exibiram suas produções para a sociedade.

## URE Tucuruí

	ALCANÇADOS PELO ENP!
MUNICÍPIOS	4: Breu Branco, Novo Repartimento, Pacajá e Tucuruí
Escolas	10
Educadores/as	196
Alunos/as	7.024
Funcionários/as	153
Comunidade extraescolar	11.979
<b>Total de pessoas prevenidas</b>	<b>19.352</b>

**EQUIPE DE REFERÊNCIA ENP! NA URE:** Sônia Rosa dos Santos (gestora), Cleonice Pereira e Nerivaldo de Oliveira (especialistas em Educação).

### Ampliação do alcance das atividades

A equipe da URE estimulou as escolas a exporem as suas produções, ultrapassando os limites da comunidade escolar. Recomendou, então, que fosse feita uma apresentação nas comemorações do Dia da Independência (7 de setembro) pelas ruas de Tucuruí. As escolas atenderam ao plano de ação sugerido pela URE. Dessa forma, a população, representantes do poder público local e os meios de comunicação foram alcançados pelas apresentações dos alunos sobre o tema.

A pertinência de se tratar do trabalho escravo estimulou os educadores a se envolverem no projeto. A exploração do trabalhador, muitas vezes submetido a condições análogas à de escravidão, fez parte do processo de ocupação da região. A partir de 1970, o projeto governamental de fomento à colonização local, impulsionou a extração de madeira e a instalação de fazendas agropecuárias. Esse cenário se tornou mais agressivo com duas grandes obras de infraestrutura, a abertura da rodovia Transamazônica (BR 230) e a construção da Usina de Tucuruí. Dentre os cinco municípios jurisdicionados à URE, quatro ocupam as primeiras posições no ranking nacional de municípios com casos de trabalho escravo: Pacajá (6º), Itupiranga (7º) e Novo Repartimento (8º) e Goianésia (9º).

Apesar de esses fatos fazerem parte de uma realidade recente, nem toda a população local conhece a relação entre essas dinâmicas socioeconômicas. A atividade das escolas da URE foi importante por abordar as questões históricas e trazer a reflexão a milhares de pessoas acerca das condições atuais de trabalho.

Mais de 10 mil pessoas que assistiram à celebração cívica tomaram conhecimento não somente da existência do trabalho escravo na região, mas também do protagonismo da escola na prevenção a essa violação.



Protagonismo dos alunos em seminário sobre trabalho escravo  
EEEM Aluísio Loch – Pacajá (PA)



Representação do trabalho escravo na confecção têxtil em atividades escolares  
EEEM Dep. Raimundo Ribeiro de Souza – Tucuruí (PA)



Produções textuais apresentadas no pátio da escola  
EEEM Dom José Elias Chaves – Pacajá (PA)

“O projeto *Escravo, nem pensar!* metodologicamente conseguiu abranger uma grande região do Pará(...). A CPT esteve presente em boa parte da execução dos projetos no município de Tucuruí contribuindo nas formações, o que resultou na constituição de parcerias”.

**Sirlei Carneiro, agente da CPT de Tucuruí**



A escola participou do desfile de 7 de setembro, organizada pela URE, com exibição de camisetas, faixas, encenações e pelotões temáticos.

Essa apresentação só foi possível após um percurso de aprendizagem desenvolvido ao longo de todo o ano de 2017. Nos meses que antecederam o evento, os alunos do Ensino Médio participaram de pesquisas, aulas e debate, realizados pelos professores com base nos materiais didáticos do ENP!. Em seguida, desenvolveram as produções que seriam apresentadas. Esse processo de aprendizado foi central para levar à rua uma equipe entrosada e familiarizada com o tema. Diante do resultado positivo, a escola incluiu no planejamento escolar uma nova abordagem sobre o trabalho escravo para 2018.

## 5.2. Unidades Seduc na Escola (USEs)

A capital Belém e as cidades da sua região metropolitana concentram a maior quantidade de escolas do Pará e, distintamente dos demais municípios paraenses, essas unidades são administradas pelos 20 escritórios descentralizados da Seduc, chamados de Unidades Seduc na Escola (USEs). Dentre outras funções, as USEs são responsáveis pela formação pedagógica de educadores das escolas e o acompanhamento do desenvolvimento de projetos como Escravo, nem pensar!.

	ALCANÇADOS PELO ENP!
Unidades Seduc na Escola	17
Municípios	2: Belém e Ananindeua
Escolas	192
Educadores	2.667
Alunos	73.638
Funcionários das escolas	1.050
Comunidade extraescolar	28.087
<b>Total de pessoas prevenidas do trabalho escravo</b>	<b>105.442</b>

*O projeto Escravo, nem pensar! foi de grande importância para fortalecimento da rede de educação e rede de atendimento à demanda, pois percebemos o grande envolvimento da comunidade escolar em sensibilizar e promover atividades relacionadas ao tema não somente do trabalho escravo, mas temas correlacionados, como trabalho infantil, tráfico de pessoas e exploração sexual, e por meio das atividades podemos constatar resultados imediatos junto a esta rede no que tange seu envolvimento para garantia de direitos a pessoas que estão em situação de vulnerabilidade”*

**Leila Silva, secretária-executiva da Coetrae-PA.**

## Boas práticas das escolas

Nas próximas páginas, veremos as principais linguagens pedagógicas escolhidas pelas escolas administradas pelas USEs para se trabalhar o tema do trabalho escravo.

### USE 1

#### EQUIPE DE REFERÊNCIA ENP!:

Yolanda Souza (coordenadora pedagógica),  
Ellen Estumano (in memoriam),  
Lúcia de Fátima Ferreira e Paula Pereira  
(especialistas em Educação).



#### EEEF PRATINHA II – BELÉM (PA)

**APRESENTAÇÃO CULTURAL.** As produções didáticas do projeto abordaram o trabalho infantil, um tema correlato ao trabalho escravo e de relevância social para os alunos do Ensino Fundamental I. Como encerramento das atividades em sala de aula, os professores organizaram um evento aberto aos pais e mães, com apresentação de teatro de fantoche e gincana para disseminar informações sobre essa violação de direitos.

### USE 3

#### EQUIPE DE REFERÊNCIA ENP!:

Eliana Diogo de D. Moura (supervisora), Domingas Fonseca (psicóloga) e Karina Bordalo (especialista em Educação).

#### EEEFM DAVID MUFARREJ – BELÉM (PA)

**Panfletagem.** Os alunos organizaram a distribuição de 300 panfletos no Mercado Ver-o-Peso, um dos principais cartões-postais de Belém para informar a comunidade local sobre os riscos do trabalho escravo. Eles dialogaram com transeuntes e feirantes, explicando o que é essa violação de direitos humanos e as formas de se combater esse crime. Antes de ir às ruas, os alunos se prepararam e estudaram o tema de forma aprofundada, produzindo seminários, dramatizações e apresentação musical.



### USE 6

#### EQUIPE DE REFERÊNCIA ENP!:

Marileia Lima (gestora), Denise Braga e Francisca Ribeiro (especialista em Educação).

#### EEEFM ACÁCIO FELÍCIO SOBRAL – BELÉM (PA)

**Mural.** O bom resultado das produções didáticas dos alunos deixou um legado visual à escola. Como atividade final de todo o processo de aprendizagem, a professora de Artes estimulou os alunos a produzirem em um grande mural inspirado nos desenhos do “Ciclo do Trabalho Escravo”, produzido pelo ENP!. Dessa forma, a mensagem de prevenção ao trabalho escravo permanecerá para as próximas turmas de alunos.



### USE 5



#### EQUIPE DE REFERÊNCIA ENP!:

Dorilene Melo (gestora), Clívia Alves (assistente social), Flávia Pinho, Flávia Bright, e Tatiana Maia (especialistas em Educação).

#### EEEFM RODRIGUES PINAGÉ – BELÉM (PA)

**Passeata.** Os professores compreenderam que seria importante o tema do trabalho escravo chegar aos olhos e ouvidos da comunidade por ser uma realidade presente no estado. Assim, concluídas as atividades em sala de aula, pesquisa e produções didáticas, a comunidade escolar do Ensino Fundamental II saiu às ruas do bairro exibindo cartazes e distribuindo panfletos para a vizinhança.

### USE 7



#### FORMADORA DE REFERÊNCIA ENP!:

Jaqueline Blanco (especialista em Educação).

#### EEEM AUGUSTO MEIRA – BELÉM (PA)

**Palestra.** A abordagem dos temas trabalho escravo, tráfico de pessoas e trabalho infantil em sala suscitou o interesse da escola em conhecer melhor as organizações da sociedade civil que enfrentam essas violações. Esse anseio resultou na parceria com a Comissão de Direitos Humanos da OAB, cujos membros participaram de uma roda de conversa com os alunos do Ensino Médio sobre esses assuntos. Com isso, a escola ampliou as referências de instituições para possibilidades de trabalho conjunto com a sociedade civil.

## USE 8

### EQUIPE DE REFERÊNCIA ENP!:

Brenda Lopes (psicóloga) e Cláudia Bechara (especialista em Educação).

### EEEFM CORNÉLIO DE BARROS – BELÉM (PA)

**Feira Cultural.** Ao investigar a incidência do trabalho escravo no estado do Pará, os alunos e professores foram estimulados a fazerem uma leitura crítica da realidade local. Com os bons resultados desse processo de aprendizagem, a comunidade escolar se sentiu motivada a convidar a comunidade a participar da “Feira Cultural”, na qual foram expostas produções, como maquetes, fotos, cartazes e desenhos, que ilustravam a relação entre trabalho escravo e a destruição da Floresta Amazônica.



## USE 11

### EQUIPE DE REFERÊNCIA ENP!:

Walter Bernardo da Cruz (gestor), Amanda Brandão, Flávia de Oliveira e Ruth Regina da Silva (especialistas em Educação).

### EEEF PEDRO CARNEIRO – ANANINDEUA (PA)

**Festa Junina.** A escola identificou que a abordagem do trabalho escravo seria mais efetiva e alcançaria melhores resultados se articulada a eventos culturais, com os quais alunos já estavam acostumados a realizar. Assim, os professores organizaram uma apresentação teatral de uma turma do Ensino Fundamental I durante o festejo junino, o qual reuniu grande número de alunos. As crianças realizaram uma encenação sobre a libertação de um grupo de trabalhadores escravizados.



## USE 13

### EQUIPE DE REFERÊNCIA ENP!:

Welber Amorim (gestor) e Rozilda Miranda (especialista em Educação).

### EEEFM PORANGA JUCÁ – BELÉM (PA)

**Produções visuais.** O projeto sobre trabalho escravo abriu espaço para a discussão de outras violações de direitos, como trabalho infantil, que ganhou grande ênfase nas abordagens. Os professores fomentaram o protagonismo das crianças do Ensino Fundamental I, que foram às ruas por ocasião do Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil (12 de junho). Elas realizaram a passeata com placas, faixas e cartazes para alertar a comunidade sobre a gravidade dessa prática ilegal, mas ainda muito naturalizada e enraizada na sociedade.



## USE 14

### EQUIPE DE REFERÊNCIA ENP!:

José Carlos Marinho (técnico em Gestão Pública) e Luana Alves (especialistas em Educação)

### EEEFM PRINCESA ISABEL – ANANINDEUA (PA)

**Teatro.** Os professores desenvolveram atividades em sala e organizaram uma dramatização sobre o trabalho escravo no meio rural, mostrando que o tema do trabalho escravo é também compatível com os conhecimentos e repertório cultural de alunos mais novos, como aqueles do Ensino Fundamental I. Para a abordagem com as crianças, os educadores utilizaram dinâmicas mais participativas, o que facilita e estimula a compreensão de novos conteúdos.



## USE 15



### FORMADORA DE REFERÊNCIA ENP!:

Daise Fernandes  
(assistente social).

### EEEF GASPAS VIANA – BELÉM (PA)

**Reunião com os pais.** O diálogo entre a escola e os pais de alunos é fundamental para manter as famílias inteiradas sobre os processos de aprendizagem construídos com os alunos. Por isso, a escola planejou uma reunião com pais para apresentar o projeto Escravo, nem pensar! e as produções de seus filhos. Assim, puderam acompanhar de perto o desempenho artístico dos alunos do Ensino Fundamental e ainda voltaram para casa com referências acerca da ocorrência do trabalho escravo no estado.

## USE 16

### FORMADORA DE REFERÊNCIA ENP!:

Maria Socorro Fonseca  
(especialista em Educação).



### EEEF ALEXANDRE NICOMEDES DA CUNHA E BELÉM (PA)

**Dramatização.** Para abordar o tema com os alunos do Ensino Fundamental I, a escola optou pelo teatro. Por meio dessa linguagem lúdica e dinâmica, os alunos mobilizaram os conceitos aprendidos e, ao mesmo tempo, estimularam habilidades fundamentais, como expressão corporal e oral, trabalho coletivo, organização e criatividade. O enredo representava um caso de escravização de trabalhadores migrantes em uma fazenda. A peça contou com a cenografia elaborada também pelos alunos.

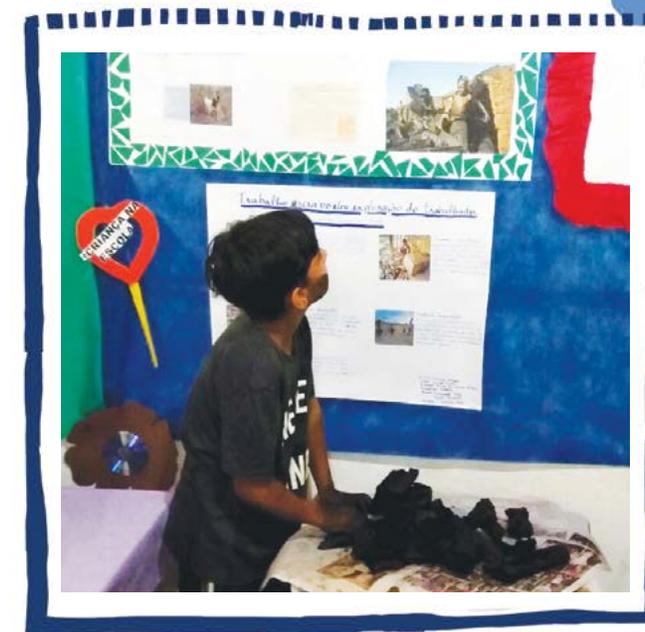
## USE 17

### FORMADORA DE REFERÊNCIA ENP!:

Keyline Ellen Lisboa Silva  
(especialista em Educação).

### EEEF XV DE OUTUBRO – BELÉM (PA)

**Pesquisa.** A escola realizou pesquisas e produções didáticas sobre o trabalho escravo para despertar o interesse dos alunos para essa grave violação. Durante as apresentações culturais, um dos alunos se apresentou com figurino alusivo aos trabalhadores escravizados em carvoarias, conforme uma pesquisa de imagens que realizou. O objetivo foi aproximar e sensibilizar os colegas em relação às condições de trabalho nessa atividade.



## USE 18

### EQUIPE DE REFERÊNCIA ENP!:

Valmir Câmara (gestor),  
Fernanda Leal,  
Mara Faro e Ruth Pessoa  
(especialistas em Educação).



### EEEF EUCLIDES DA CUNHA – ANANINDEUA (PA)

**Seminário.** Para facilitar a compreensão dos alunos, os professores solicitaram que os alunos realizassem seminários. Com essa estratégia metodológica, eles se tornaram protagonistas do processo de aprendizagem, demonstrando os conhecimentos construídos nas leituras e formulando explicações para os colegas. Os alunos utilizaram a facilitação gráfica do “Ciclo do Trabalho Escravo”, produzido pelo ENP!, como recurso didático para explicar as situações vivenciadas pelos trabalhadores escravizados.

## Coordenação de atividades conjuntas

Algumas USES tiveram a iniciativa de coordenar e reunir a apresentação das suas escolas em um mesmo evento. Para isso, organizaram culminâncias abertas ao público, em que as produções foram apresentadas às comunidades locais.

### USE 2

#### EQUIPE DE REFERÊNCIA ENP!:

Carmen Dias, Leila Braga e Roseane Duarte (especialista em Educação).



A equipe técnica da USE 2 realizou, no espaço em uma de suas escolas de Belém, uma grande mostra cultural para apresentação conjunta de produções dos alunos sobre o trabalho escravo e os temas correlatos de 15 escolas. O objetivo foi prestigiar o empenho de professores e alunos, mobilizar pessoas da comunidade e dar visibilidade pública ao tema do trabalho escravo. Cada escola contou com um *stand* com faixas, panfletos, cartazes e outras alegorias. Ao longo do dia, mais de mil pessoas compareceram ao evento, que contou também com a presença de representantes da Sejudh, MPF e Seduc.

### USE 10

#### EQUIPE DE REFERÊNCIA ENP!:

Débora Ferreira (gestora) e Milene Souza (especialista em Educação).



Com um planejamento coeso, a USE 10 organizou um evento de apresentação coletiva de produções didáticas de 20 escolas. O evento aconteceu na quadra de uma das unidades e mobilizou, ao todo, 300 pessoas, com a participação de representantes da Sejudh. Os alunos demonstraram criatividade e boa compreensão do trabalho escravo. A dramatização da EEEF Américo Souza Oliveira chamou a atenção do público, ao destacar os direitos básicos negados aos trabalhadores submetidos ao trabalho escravo.

## Atividades formativas das USES

O bom desenvolvimento do projeto nas escolas depende inicialmente da qualidade da formação sobre a temática oferecida aos educadores que atuarão como multiplicadores. Por isso, as USEs 4 e 12 organizaram uma formação sólida para gestores de suas escolas, unindo debate conceitual sobre trabalho escravo e referências pedagógicas para a abordagem do tema por meio de projetos com os alunos. As USEs programaram a continuidade da abordagem do tema nas escolas em 2018.

### USE 04

#### EQUIPE DE REFERÊNCIA ENP!:

Íris Barros, Laíza Lacerda, Gether Junior, Maria de Fátima Azevedo, Maria Izaura Leopoldino, Sandra Maria de Souza e Simone Silva (especialistas em Educação).



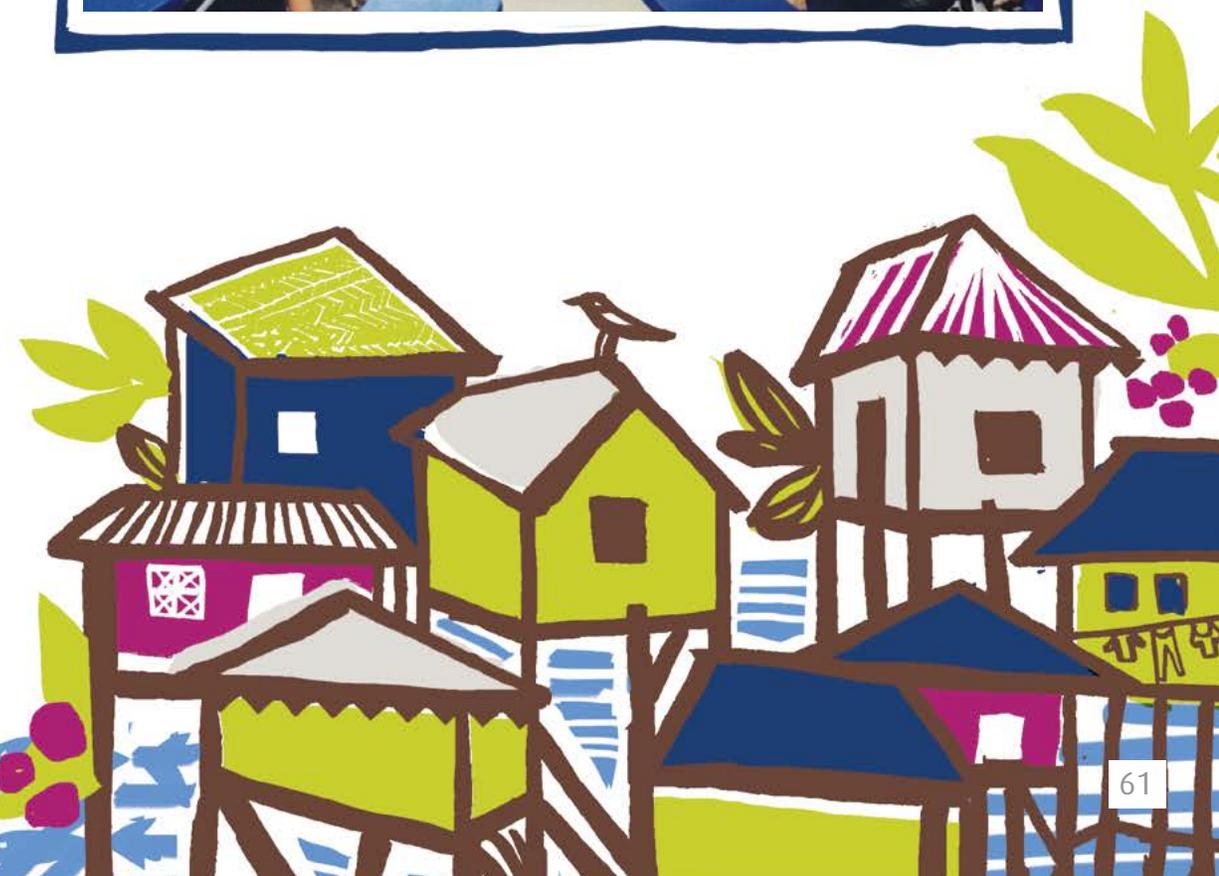
A participação de representantes da Sejudh na condução da formação fortaleceu a atividade, pois os educadores puderam compreender o trabalho escravo no Pará e a política de combate a esse crime a partir de casos que foram acompanhados pela Secretaria.

### USE 12

#### EQUIPE DE REFERÊNCIA ENP!:

Leda Montalvão e Rutiane da Silva (técnica pedagógica)

A USE abordou o tema do trabalho escravo com as educadores, promovendo discussões a partir dos materiais impressos e audiovisuais fornecidos pelo ENP!.



# REDE ENP! DE PREVENÇÃO AO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL



- \* BAHIA
- \* CEARÁ
- \* GOIÁS
- \* MATO GROSSO
- \* MARANHÃO
- \* MINAS GERAIS
- \* **PARÁ**
- \* PIAUÍ
- \* SÃO PAULO
- \* TOCANTINS

# ACOMPANHE O ENP!:



## SITE ENP!

[www.escravonempensar.org.br](http://www.escravonempensar.org.br)



## LIVRO DIGITAL ENP!

[www.escravonempensar.org.br/livro](http://www.escravonempensar.org.br/livro)



## YOUTUBE

EscravoNemPensar



## FACEBOOK

escravonempensar



## AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA REPÓRTER BRASIL

[www.reporterbrasil.org.br](http://www.reporterbrasil.org.br)

O Pará é o estado campeão em casos de trabalho escravo no Brasil. Desde 1995, mais de 13 mil trabalhadores foram resgatados no estado.

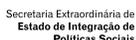
Com o objetivo de realizar uma ação de prevenção ao problema, a ONG Repórter Brasil e a Secretaria de Estado da Educação do Pará realizaram o projeto “Escravo, nem pensar! no Pará 2016/2017”.

A iniciativa preveniu mais de 250 mil pessoas em 47 municípios por meio de projetos educacionais desenvolvidos em escolas. Neste caderno, estão reunidas as principais estratégias e abordagens utilizadas por educadores e alunos para mobilizar a população local no combate a essa violação de direitos humanos.

#### Realização



#### Parceria



Coetrae/PA



#### Apoio

